

Aviso de Contratação 14/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|-----------------------------|--------------------------|
| 14/2025 | 929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP | MARIANA LOPES HOHMANN CLARO | 29/07/2025 10:06 (v 2.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | | 42/2025 |

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº

Processo Administrativo n.º42/2025

Torna-se público que o(a) **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP**, por meio do (a) **setor de Licitações e Compras**, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 14/08/2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: <https://www.gov.br/compras/>

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição e instalação de 4 (quatro) persianas tipo cortina rolô em tecido com proteção solar 3%, na cor bege, com largura de 2,00 metros e altura de 1,70 metros, incluindo correia metálica de 1,20m**

e todos os materiais e serviços necessários para instalação nos ambientes internos da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Por se tratar de contratação de item único (aquisição e instalação de cortinas), a participação dos fornecedores se dará exclusivamente para o referido item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não se aplica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. A participação será **exclusiva a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e equiparados**, nos termos do art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício de participação exclusiva fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da realização do procedimento, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima permitida para o enquadramento como EPP.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido também às sociedades cooperativas referidas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

3.3. Não poderão participar desta dispensa eletrônica os fornecedores:

3.3.1. Que não atendam às condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista com mais de 5% do capital votante, responsável técnico ou subcontratado;

c) Pessoa física ou jurídica punida com sanção que a impeça de contratar com a Administração Pública;

d) Quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou agente público que atue na contratação ou fiscalização, ou seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação deste Aviso, tenha sido condenada com trânsito em julgado por exploração de trabalho infantil, condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes em desacordo com a legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição de outrem para burlar sanções, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, mediante comprovação de ilícito ou uso fraudulento de personalidade jurídica.

3.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.5. Sociedades cooperativas que não atendam ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e na legislação específica.

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que comprovem atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre cooperados, conforme o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1. Quando atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, será estendido às cooperativas o tratamento favorecido previsto para ME e EPP.

3.5. É vedada a participação, direta ou indireta, de agente público do órgão ou entidade contratante no presente procedimento ou na execução do contrato, observando-se os impedimentos legais por conflito de interesses, nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando aplicável, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão.

4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, especialmente o preço ofertado, vincularão o fornecedor.

4.4. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento e à instalação das cortinas, incluindo, mas não se limitando a: frete, tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e comerciais, mão de obra e ferramentas para instalação, bem como quaisquer outros necessários à execução integral do objeto, conforme previsto no Termo de Referência.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação pertinente, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, se houver.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração por erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos recolhimentos efetivos nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. A apresentação da proposta implica aceitação de todas as condições constantes no Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência e seus anexos, obrigando-se o fornecedor ao fiel cumprimento das obrigações neles previstas, incluindo o fornecimento e a instalação completa das cortinas, com os materiais, equipamentos e utensílios necessários à sua perfeita execução, promovendo, quando exigido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar o Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições do Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências relativas à reserva legal de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor organizado sob forma de cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido de que tratam os arts. 42 a 49 da referida norma, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, será facultado ao fornecedor, no momento do cadastramento da proposta inicial, parametrizar valor final mínimo, com registro de lance aceitável (menor preço).

4.11.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

4.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, conforme seção específica deste Aviso de Contratação Direta.

4.11.2. O valor mínimo parametrizado poderá ser alterado durante a fase de disputa, desde que não ultrapasse lance já ofertado pelo fornecedor no sistema.

4.11.3. O valor mínimo parametrizado terá caráter sigiloso em relação aos demais participantes e à Administração, sendo visíveis apenas os lances efetivamente ofertados.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica do Compras.gov.br, sendo encerrada no horário de finalização de lances também previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, observado o critério de julgamento por menor preço por item estabelecido neste procedimento.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele próprio ofertado, sendo

tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 1,00 (um real).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances durante a fase competitiva, concorrerá com o valor da proposta inicial cadastrada no sistema.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do proponente.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o encerramento da etapa competitiva, com o ordenamento e divulgação dos lances pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática, pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação, não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado internamente ou apresentar indícios de sobrepreço, a agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível com os valores praticados no mercado.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer incompatível com os parâmetros da Administração.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e os parâmetros da Administração, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação à contratação.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros materiais na proposta poderão ser corrigidos, desde que não impliquem majoração do preço final ofertado.

6.12. Para análise técnica da proposta, poderá ser colhida manifestação do setor requisitante ou da área especializada.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será analisada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Se necessário, a sessão poderá ser suspensa, com nova data e horário informados no “chat” do sistema.

6.15. Concluída a análise da proposta, será iniciada a fase de habilitação, conforme previsto neste Aviso.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados exclusivamente do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor manter atualizadas as informações no SICAF, com validade vigente na data da sessão pública, ou apresentar, quando solicitado, a documentação atualizada.

7.2.2. O não atendimento implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a certidão válida puder ser localizada por meio de consulta a sítios eletrônicos oficiais.

7.3. Caso seja necessário envio de documentos complementares não constantes do SICAF, estes deverão ser encaminhados em formato digital pelo sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, nos termos do art. 19, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

7.4. Os documentos digitais têm presunção de autenticidade. Somente será exigida a apresentação de documento original físico quando houver dúvida quanto à integridade do digital.

7.5. Não serão aceitos documentos com CNPJ ou CPF diferentes daquele constante da proposta, salvo exceções legais.

7.6. Se o fornecedor for matriz, os documentos devem estar em nome da matriz; se filial, os documentos devem estar em nome da filial, com exceção de atestados técnicos e de documentos que, por sua natureza, sejam emitidos apenas para a matriz.

7.7. Serão aceitos documentos de CND ou CRF/FGTS emitidos com CNPJ da matriz, quando comprovada a centralização de recolhimentos.

7.8. Se necessário, a sessão poderá ser suspensa para análise dos documentos, com nova data e horário informados no chat do sistema.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não apresentar a documentação exigida, ou apresentá-la em desacordo com as exigências deste Aviso.

7.9.1. Nessa hipótese, será convocado o fornecedor subsequente classificado, observando-se a ordem de classificação, até que se encontre proposta apta e devidamente habilitada.

7.10. Constatado o cumprimento de todos os requisitos de habilitação, o fornecedor será considerado habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não se aplica.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido instrumento equivalente à contratação, conforme o art. 95, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo este a Nota de Empenho, dispensada a formalização por meio de termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para manifestar formalmente o aceite à Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive via sistema de processo eletrônico ou mensagem encaminhada por correio eletrônico institucional.

10.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação pela Administração.

10.3. O aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. a Nota de Empenho substitui o contrato, sendo aplicáveis à relação contratual as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se obriga nos termos de sua proposta, conforme condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;

10.3.3. a contratada reconhece as hipóteses de rescisão previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, conforme estabelecido no Termo de Referência.

10.5. No aceite da Nota de Empenho, será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação e contratação estabelecidas neste Aviso, as quais deverão permanecer válidas durante toda a vigência contratual.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, incluindo, mas não se limitando às seguintes:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do objeto contratado;

11.1.2. Não entregar a documentação exigida ou não celebrar a contratação quando convocado;

11.1.3. Não manter a proposta, sem justificativa aceita pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa;

11.1.5. Fraudar o procedimento de contratação direta ou comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Praticar atos que frustrem os objetivos da contratação;

11.1.7. Praticar ato lesivo nos termos da Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. O fornecedor que incorrer nas infrações acima poderá sofrer, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal:

a) Advertência, por infrações de menor gravidade, quando não couber penalidade mais severa;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s), nos casos de descumprimento parcial ou total do objeto, entrega fora do prazo injustificada ou descumprimento das obrigações contratuais;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo que aplicar a penalidade, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em âmbito nacional, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos casos de fraude, má-fé, prática de atos lesivos à Administração ou inexecução dolosa do contrato.

11.3. A aplicação das penalidades observará o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultada a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do fornecedor.

11.4. O valor da multa, se houver, poderá ser compensado com créditos do fornecedor junto à Administração ou cobrado judicialmente, caso necessário.

11.5. A aplicação das sanções não exime o fornecedor do dever de indenizar os danos causados à Administração, inclusive lucros cessantes e custos de nova contratação, quando for o caso.

11.6. A reabilitação do fornecedor penalizado com impedimento ou inidoneidade dependerá da reparação integral do dano e do cumprimento do prazo da sanção, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais, incluindo o CEIS e o CNEP, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para atualização cadastral.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente Aviso de Contratação Direta com nova data de abertura da sessão pública;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que subsidiou o Termo de Referência, se houver, privilegiando-se os menores valores e desde que atendidas todas as condições de habilitação exigidas neste Aviso.

12.1.2.1. Neste caso, a contratação será formalizada fora do ambiente do sistema eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

12.1.3. Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar suas propostas ou os documentos de habilitação, conforme o caso, desde que não comprometa a isonomia ou a competitividade.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas caso não haja o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo necessidade de realização de qualquer ato pelos fornecedores, cujo prazo não esteja expressamente previsto neste Aviso, será observado o prazo indicado na respectiva notificação expedida pela Administração.

12.4. É de responsabilidade exclusiva do fornecedor acompanhar o andamento do procedimento eletrônico e suas comunicações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de prazos ou desconexões que inviabilizem sua participação.

12.5. Caso não haja expediente na data marcada para a realização da sessão pública, ou ocorra fato superveniente que impossibilite sua realização, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo disposição em contrário da Administração.

12.6. Todos os horários estabelecidos neste Aviso observarão o horário oficial de Brasília-DF, inclusive para fins de envio de propostas, lances, contagem de prazos e registros no sistema eletrônico.

12.7. No julgamento das propostas e na análise da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com registro em ata e acessível a todos os interessados.

12.8. As normas deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia entre os licitantes, a segurança da contratação e a legalidade do procedimento.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Administração não se responsabilizará por quaisquer desses custos, independentemente do resultado da contratação.

12.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso e seus anexos, prevalecerão as disposições do Aviso de Contratação Direta, exceto se expressamente indicado de forma diversa.

12.11. Da sessão pública será gerada e disponibilizada automaticamente no sistema eletrônico a respectiva ata, contendo todos os atos e registros do procedimento.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos legais, o(s) seguinte(s) anexo(s):

Anexo I – Termo de Referência.

Tremembé/SP, 29 de Julho de 2025

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 10:06:19.

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR929379_000041_2025.pdf (168.78 KB)